



Working paper nº3

25 de abril de 2017

Segurança energética e um modelo para o futuro da Europa.

“A questão russa”

Energy security and a model for the future of Europe.

“The Russian issue”

**Teresa Rodrigues
Ana Campos**

Europe has a structural weaknesses in terms of energy. It holds only one percent of the world's conventional oil and about two percent of gas reserves, and sees Russia, its main supplier, enmeshed in a complex geopolitical problem with some neighboring countries, and Europe as a whole. The response given by the EU to increase its energy security, which should have happened a long ago, relies on a bet on the creation of the Single Energy Market or the Energy Union. But these initiatives faced several obstacles, arising from differences in national energy policies, the lack of a common strategy and of a prospective vision, the umbilical link between some European monopolies and Gazprom and the consequent dominance of the European energy market by big monopolies.

This paper will discuss the way EU is adapting to a new era for energy and argues the need for a reformulation of the concept of energy security in the light of the most recent global threats. It includes a brief presentation of the possible scenarios faced by EU in the near future as far as energy is concerned. Is there a “Russian issue”?

Keywords: Europe, Energy, Resources, Energy Security

Introdução

No mundo crescentemente globalizado e multipolar torna-se necessário redefinir o conceito de segurança energética, à medida que surgem novos desafios e múltiplas ameaças: terrorismo, pirataria, instabilidade interna de países produtores, redução das reservas, maior dependência da OPEC, disrupção das redes de produção e distribuição, maior recorrência de desastres naturais e alterações climáticas, *blackouts*, volatilidade dos preços, aumento dos consumidores, insustentabilidade do atual modelo energético (Leal, 2014, 149).

A segurança energética está na ordem do dia, em particular na UE, que se confronta quotidianamente com a necessidade de reduzir as suas fragilidades estruturais no setor da energia. Alguns dos desafios que se colocam hoje e no futuro próximo remetem para a complexidade do atual contexto regional, a dependência da Federação Russa (FR) para garantir parte significativa do abastecimento de petróleo (cerca de 40%) e de gás natural (cerca de 25%) e o receio de uma eventual utilização geopolítica desse facto, a que acresce alguma deriva interna, causada pela dificuldade em encontrar uma resposta comum para questões que afetam diferentemente os Estados-membros (EM), como é o caso.

Na verdade, a UE tem duas formas de reduzir esta dependência e da opção escolhida dependerá a relação que a nível de abastecimento energético manterá com a Rússia. Uma mais tradicional, na linha da definição proposta pela APERC¹, passa pela efetivação de medidas que garantam segurança de abastecimento e transporte e a diversificação de fornecedores. A segunda implica mudanças no volume, consumo e composição do *mix* energético, por via de um modelo mais

¹ De acordo com a categorização proposta pelo Asia Pacific Energy Research Centre (APERC, 2007, cit. Kruyt, et al, 2009: p. 2167), falamos dos “4A” da segurança energética: *availability*, *accessibility*, *affordability*, *acceptability*). Podem identificar-se quatro dimensões neste conceito que remetem para a geologia, a geopolítica, a economia e as questões ambientais e sociais.

sustentável que rentabilize as potencialidades endógenas (renováveis, nuclear, eletricidade) (Costa, 2015, pp.5-10).

No primeiro caso trata-se de encontrar fornecedores e rotas de abastecimento alternativo tão ou mais seguro que a FR, bem como de aumentar a capacidade de armazenamento, garantindo por essa via uma maior autonomia em caso de interrupção ou sobressaltos de abastecimento. No segundo caso trata-se de encontrar uma estratégia alternativa que retire à Rússia a importância que hoje detém relativamente à sobrevivência da UE em termos de consumo energético. Falamos neste caso de reduzir as importações de gás natural, substituindo-o, desde logo, pelas renováveis.

Em termos metodológicos privilegiamos neste WP a pesquisa quantitativa, baseada na revisão de literatura e na análise do quadro legislativo e tratamento de dados quantitativos oficiais, tendo por base a pesquisa efetuada no âmbito do projeto *Geo4GER-The geopolítica do gás e o futuro do Euro-russa relações* (PTDC/IVC-CPO/1295/2014).

Queremos analisar e discutir o modo como a UE se está a tentar ajustar a uma nova era da energia, num contexto de dependência que não parece ter solução nas próximas décadas, tentando avaliar até que ponto poderá ou não a FR constituir um dilema para a segurança energética. A dependência das exportações de gás natural da Rússia e a possibilidade deste ator poder usar o fornecimento de energia como arma política são pontos a considerar.

1. O modelo energético global. Debilidades, fraquezas e desafios

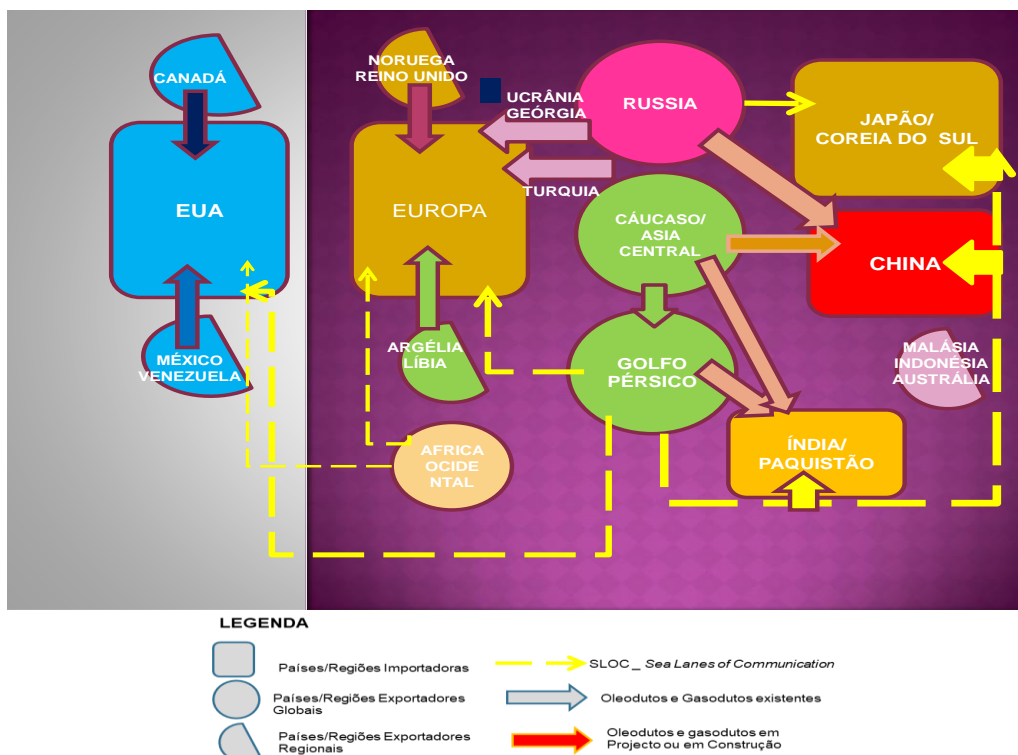
No Mundo atual a geografia dos recursos energéticos não coincide com a geografia da população e do consumo, o que torna os combustíveis fósseis um vetor “politizável”. Prevê-se o aumento dos consumidores e sobretudo dos níveis de consumo *per capita*, que decorre da persistência de um modelo de desenvolvimento económico baseado na indústria e no transporte de longo curso. É certo que podemos pensar em fatores mitigantes desta realidade, como a descoberta e rentabilização das energias alternativas e as vantagens trazidas pela evolução tecnológica, quer a nível da capacidade de extração, quer com vantagens

inequívocas em termos da redução de emissões de CO₂. Mas nos próximos anos a tensão causada pela assimetria entre geografia do consumo e geografia dos recursos energéticos continuara a existir e corre o risco de passar de geoeconómica a geopolítica, gerando tensões ou mesmo conflitos com vista à sua posse.

No que respeita às questões energéticas, falamos hoje de uma realidade dividida entre exportadores de combustíveis fósseis, que dominam o mercado do petróleo e do gás natural e que utilizam esse facto para garantir projeção geopolítica (caso da Rússia e outras potências regionais, onde ocorre a politização dos agentes que controlam recursos e redes e se acentua o controle estatal, através das National Oil Companies - NOCs); e importadores desses recursos, Estados com défice crónico (como a maioria dos membros da OCDE, China e Índia e a esmagadora maioria dos países com Índices de Desenvolvimento Humano médio e baixo). A estes dois blocos acrescentem outros atores, os países de trânsito, cuja importância estratégica não deve ser esquecida e que dependem em muitos casos dessa posição para se afirmarem no xadrez político internacional (Rodrigues, 2012):

1. Grandes importadores de petróleo e/ou gás natural (EUA, China, Japão, Europa, Índia);
2. Exportadores globais (Rússia-Volga, Sibéria Ocidental e Oriental, Ártico; Golfo Pérsico-Arábia Saudita, Irão, Iraque, Qatar, Kuwait; Cáucaso e Ásia Central-Azerbaijão, Cazaquistão, Turquemenistão; África Ocidental);
3. Exportadores regionais, que abastecem sobretudo um ou dois dos grandes importadores (EUA-Canadá, México e Venezuela e Caraíbas; Norte Europa-Noruega, Reino Unido, Dinamarca, Holanda; Sul Europa-Argélia, Líbia; Japão e China-Indonésia, Malásia e Austrália);
4. Países de trânsito, por onde passam os oleodutos e gasodutos de longa extensão (Ucrânia, Geórgia, Turquia); ou situados nos “choke points” das principais rotas marítimas de transporte de petróleo (Malásia e Indonésia-Estreito de Malaca; Iémen e Corno de África-Estreito de Bab el Mandei; Egipto-Canal do Suez). (**Figura 1**).

Figura 1. Os equilíbrios mundiais. Atores e transporte de energia

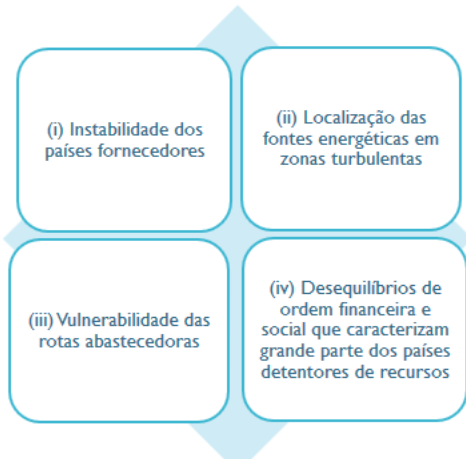


Fonte: Rodrigues, 2012, p.81

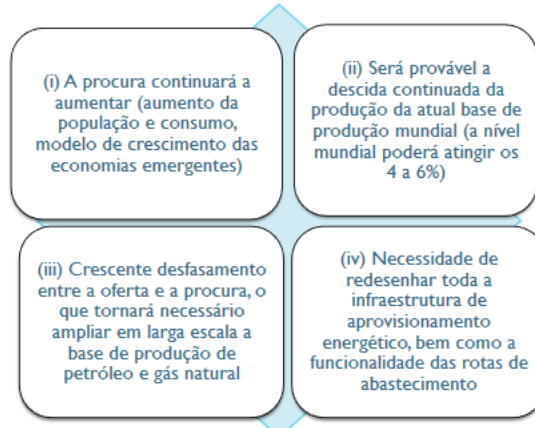
Com efeito, o setor energético mundial, nomeadamente no que toca ao petróleo e ao gás natural, continua a enfrentar as dificuldades em resolver algumas debilidades e fraquezas que persistem desde a segunda metade do século XX e que podemos considerar estruturantes, embora em contínua mutação. Falamos da instabilidade dos países fornecedores, da localização dos recursos energéticos em zonas turbulentas, da vulnerabilidade das rotas abastecedoras e das tensões sociais causadas pelos desequilíbrios de ordem financeira e social que persistem em muitos dos países exportadores (**Figura 2**):

Figura 2. O setor energético mundial. Debilidades, fraquezas e desafios presentes e futuros

O setor energético mundial enfrenta dificuldades em resolver algumas debilidades e fraquezas que se revelam estruturantes:



Os desafios futuros da geopolítica do petróleo e do gás natural adensam-se, atendendo a que:



Fonte: Elaboração própria

As principais preocupações relativas à segurança energética mundial continuam na atualidade a prender-se maioritariamente com a questão do fornecimento de petróleo e gás, devido a diversos constrangimentos do sistema produtivo, uma vez que, apesar de atravessarmos um período de excesso de oferta, 71% das reservas mundiais de petróleo convencional e 69% das reservas de gás natural têm como centro nevrálgico o Golfo Pérsico, que vive hoje uma profunda instabilidade geopolítica. Os desafios futuros da geopolítica do petróleo e do gás natural poderão aumentar no futuro próximo, porque a sua procura continuará a aumentar, mas se espera uma descida entre 4 e 6% da atual base de produção (Silva, 2006). Este acumular de fatores de mudança exige que a base de produção destas fontes de energia seja ampliada a curto prazo, sob pena de travar o crescimento de algumas economias emergentes e de obrigar a comunidade internacional a redesenhar a infraestrutura de aprovisionamento e a funcionalidade das rotas de abastecimento (Rodrigues, 2012, p.13).

A soma das debilidades e fraquezas estruturantes com os desafios futuros do setor torna incontornável a questão da segurança energética, que inclui vetores diversos, como a ação diplomática, acordos bilaterais e multilaterais e cooperação internacional; a estratégia de alianças empresariais, os compromissos internacionais

para tentar estabilizar regiões relevantes para o abastecimento energético e proteger as rotas de abastecimento.

Com efeito, a disponibilidade dos recursos não se limita a saber onde e se existem em quantidade suficiente, mas também discutir o modo como os fazer chegar onde são necessários em tempo útil e competitivo. No futuro próximo os maiores desafios no setor assentam na gestão da crescente dependência externa de recursos e na vulnerabilidade dos transportes. Será necessário encontrar soluções, que podem passar pelo encontrar de recursos energéticos locais e o aumento da eficiência energética, da percentagem de energias não fósseis no consumo e a garantia de um sistema descentralizado de abastecimento (Leal, 2015, p.164). Ou em alternativa poderá passar por inovar.

2. A geopolítica do gás natural

A procura e consumo de gás natural tem ganho terreno, dadas as suas vantagens económicas e ecológicas, embora o aumento da produção tenha vindo a ser moderado, com exceção da subida registada no ano de 2015, maioritariamente devida ao gás não convencional nos EUA.

Ao contrário do mercado do petróleo, o mercado do gás é regional e a distância entre zonas produtoras e consumidoras é grande, o que coloca maiores desafios em relação ao funcionamento das rotas, do que incertezas de reservas. Com efeito, as reservas mundiais estimadas são suficientes para garantir 53 anos de produção (BP, 2016). À exceção dos EUA e da FR, os maiores produtores (designadamente de gás) não são os maiores consumidores.

No futuro a geopolítica do gás irá enfrentar oito grandes desafios (Leal, 2015, p.158-159):

1. Aumento da procura (maior número de consumidores e maior consumo *per capita*);
2. Aumento dos desequilíbrios entre procura e oferta;
3. Impacto da política norte americana na exploração do *Shale gas*;
4. Possibilidade de descoberta de reservas noutras regiões geográficas (Mediterrâneo oriental);
5. Receio de um pico de produção de gás natural em países não OPEC;

6. Manutenção ou agravamento da instabilidade no Médio Oriente (ex. Irão, o 3º maior produtor de gás);
7. Estabilidade das relações da Rússia com Estados ex-soviéticos do Cáspio (Azerbaijão, Cazaquistão, Turquemenistão têm dificuldade de escamento);
8. A regulação da posse do Ártico, com esperadas reservas de gás e como passagem alternativa ao Canal do Panamá.

A possível globalização do mercado do gás natural depende da capacidade de integração dos mercados existentes e implica a redução do papel do Estado, que passaria a ser um facilitador da liberalização do mercado, e a constituição de um cartel idêntico ao da OPEC (EUA, Rússia, Irão, Qatar e Canadá). Para além destes obstáculos do foro político e diplomático, outros existem, nomeadamente a disponibilidade para investir em investigação tecnológica e no reforço da componente de segurança do abastecimento, maior coordenação entre atores com interesses distintos e opostos e a mitigação dos impactos negativos no quotidiano das regiões mais débeis. As sugestões anteriores são especialmente urgentes no caso europeu.

3. A Europa, a Federação Russa e os recursos energéticos

Neste WP lidamos com dois atores opostos: a Europa, grande importadora, e a Federação Russa, grande exportadora global. Ambos estão dependentes dos países de trânsito e ambos enfrentam situações de interdependência: a primeira relativamente às necessidades de consumo; a segunda relativamente às necessidades de exportação de recursos energéticos.

A Europa dependente...

O modelo energético europeu é centralizado, rígido, com infraestruturas de distribuição pesadas. O continente europeu possui apenas 1% do petróleo convencional do mundo e cerca de 2% das reservas de gás e vê a Rússia, seu grande fornecedor, enredada num contexto geopolítico complexo com alguns países vizinhos e com a Europa no seu todo. Em 2016 a Rússia foi responsável por 16% da produção mundial de petróleo e a Europa por 4% (a Noruega e o Reino Unido foram

os maiores produtores), valor percentual quase quatro vezes inferior ao consumido (BP, 2016). Mesmo considerando a redução gradual do consumo de petróleo, a Europa continuará muito dependente da importação desta fonte energética.

A Europa tem 1.9% das reservas convencionais provadas de gás natural no mundo, a UE cerca de 0.9% e a Rússia tem 18% (European Commission, 2016). Tal como sucede com o petróleo, a falta de reservas europeias de gás é uma grande fragilidade estrutural. Os países europeus com maiores reservas de gás são a Noruega, a Holanda, a Roménia e o Reino Unido (Itália, Polónia, Alemanha e Dinamarca têm quantidades residuais), mas a Europa pouco faz para valorizar os seus recursos endógenos, em particular o *Shale Gas*.

Em 2016 a Rússia foi responsável por 17.6% da produção de gás no mundo e a Europa por cerca de 7.6%, apenas metade do que consumiu (BP, 2016). Na verdade, o continente europeu vive uma realidade dual, já que a Europa Central e de Leste depende essencialmente do gás natural russo fornecido por via terrestre em gasodutos, enquanto a Europa Atlântica, embora também dependente, recorre a outras fontes e tipologias de abastecimento, em especial o gás natural liquefeito (GNL) proveniente do Médio Oriente e da África Ocidental. A UE importa 61% do gás natural que consome, prevendo-se até 2020 um aumento para 73% (Rodrigues, 2012). Esta dependência coexiste com a reduzida diversificação de fontes de abastecimento: 84% do gás importado vem de apenas três países: Rússia, Noruega e Argélia (30% vem da Rússia em *pipelines*, 50% do Mar do Norte e países europeus produtores, 11% da Argélia (*pipeline* e GNL) e o restante do Irão, Líbia e Qatar).

A UE e alguns dos seus EM elegeram a bacia do Cáspio como a principal aposta na diversificação de abastecimento de gás natural, com o objetivo de reduzir a dependência do fornecimento russo, enquanto esta procurava responder com propostas de gasodutos que lhe dessem uma posição chave no futuro abastecimento da Europa, quer pelo norte (*North Stream*), quer pelo sul (*South Stream*).

No que respeita às fontes de abastecimento europeias são vários os motivos de preocupação: a redução da produção do Mar do Norte e do Mar da Noruega, a dificuldade em aumentar a produção nas bacias energéticas do Norte de África, em

contexto de instabilidade que reduz a segurança do abastecimento; a maturidade dos jazigos da Sibéria Ocidental, que força a Rússia a comprar gás natural a países da Ásia Central para assegurar os compromissos com a Europa. E as necessidades energéticas das economias emergentes, que aumentam a competição e pressão sobre as fontes de abastecimento (Viana, 2014). O gás natural liquefeito (GNL) importado por via marítima (Argélia, Nigéria e Qatar) representa apenas 15% do total consumido na Europa (BP, 2016).

No seu conjunto, os EM da UE são os maiores importadores de energia no mundo. A resposta iniciada tardiamente para aumentar a sua segurança energética teve como ponto alto a criação da União Energética e do Mercado Energético Comum. Mas estas iniciativas têm enfrentado vários obstáculos, resultantes de diferenças nas políticas energéticas nacionais e a falta de uma estratégia comum e de uma visão prospetiva, em contexto de forte ligação entre alguns monopólios europeus (sobretudo alemãs, francesas e italianas) e a Gazprom, e do domínio do mercado energético europeu por esses grandes agentes.

Após a concretização do abandono da opção nuclear para produção de eletricidade pela Alemanha e Suécia, o panorama energético da UE parece estruturar-se em torno do crescimento da procura de gás natural, destacando-se o seu papel na produção de eletricidade e na sua utilização pelo setor industrial, no aumento da oferta de eletricidade baseada em energia primária renovável e na redução da intensidade de uso de combustíveis líquidos no setor dos transportes, pela maior utilização do gás natural e a crescente eficiência dos motores e das novas tecnologias associadas às motorizações híbridas e elétricas. A utilização dos recursos endógenos é uma boa opção, mas as necessidades europeias levam-na a produzir de forma rápida os seus recursos endógenos, o que faz aumentar os problemas de dependência e de segurança no futuro, mesmo que se mantenha a tendência de redução do consumo. A forte aposta nas renováveis permite antever o aumento substancial da utilização das energias limpas, mas o esperado aumento da utilização do gás natural, em especial nos setores dos transportes, indústria, aquecimento doméstico e produção de eletricidade, reduz as vantagens possíveis (Viana, 2014).

... e a Rússia exportadora, mas também dependente

E como se coloca a Rússia no contexto atual? O petróleo, o gás natural e o armamento e as tecnologias nucleares são tipos de produtos que a Rússia possui para se afirmar no mercado mundial, sendo em torno da energia e do armamento que construiu complexos industriais pesados e rentáveis. O comércio de energia é uma das principais fontes de rendimento para a Rússia e corresponde a cerca de 50% do orçamento (anos de 2013 e 2014). A percentagem dos produtos energéticos nas exportações representa mais de 85% (em 2014) (Gusev; Westphal, 2015).

De forma não surpreendente o Estado decidiu controlar as empresas energéticas relevantes para manter o controlo sobre o potencial energético nacional e captar a totalidade da renda petrolífera e de gás natural (única fonte de financiamento com dimensão para apoiar o complexo militar industrial e manter a competitividade face aos EUA), mas enfrenta as consequências de recusar o investimento das empresas externas que dispõem de tecnologia e acesso a capitais para grandes projetos. A RPC parece disponível, mas a Rússia teme os ganhos de influência chinesa na Ásia Central ex-soviética). O mesmo sucede o aumento de influência da UE e dos EUA na Ucrânia e na Geórgia, países de trânsito.

A Rússia está a procurar novos horizontes para a exploração de recursos energéticos, nomeadamente gás e petróleo, uma vez que alguns dos velhos campos estão a esgotar-se. O Ártico e a Sibéria são as duas grandes opções. No entanto, falta-lhe a alta tecnologia necessária para o desenvolvimento das novas explorações, nomeadamente na sequência das limitações provenientes das sanções impostas pela UE. Este é um dos motivos pelo qual a Rússia tem interesse em melhorar as relações com a Europa.

Enquanto produtor, a Rússia também tem importantes preocupações com a sua segurança energética. Por esse motivo, enquanto a UE procura diversificar os seus fornecedores, a Rússia tem procurado diversificar os seus importadores. Embora não pretenda substituir as importações europeias, a diversificação do leque de importadores é uma importante estratégia no âmbito da segurança energética russa, que visa diminuir a sua pesada dependência relativamente aos mercados

européus. Os contratos para a exportação de gás natural e petróleo para a China inserem-se nessa estratégia política.

Mas a Rússia procurará diversificar os seus fornecimentos energéticos à Ásia sem ficar dependente da China, apostando para tanto no reforço do seu papel como fornecedora do Japão e Coreia do Sul, e olhará com muita apreensão a criação de uma Comunidade da Ásia Oriental da qual não faça parte. É possível que se aproxime da Turquia de forma a virem em conjunto a disputar a Ásia central à China e aos extremistas talibãs, e poderá integrar a Grécia e Chipre na sua órbita, assumindo o papel de protetora do mundo ortodoxo (Mankoff, 2010).

A Rússia procurará evitar a todo o custo um Irão nuclear na sua fronteira sul, mas irá acompanhá-lo num programa nuclear sob controlo internacional, procurando extrair contrapartidas de Israel e dos EUA pelo seu papel moderador das ambições do Irão. Nos próximos anos a relação com Israel poderá ser reforçada, pois precisa encontrar um modo de envolver os milhares de cientistas judeus que trabalhavam no complexo militar-industrial e que imigraram para Israel na década de 90 do século passado.

4. *The Russian issue...*

Concluimos que no contexto mundial a questão energética se irá confrontar com alguns aspetos que poderão condicionar a relação entre UE e Rússia (Silva, 2015):

- A diminuição do peso do petróleo na matriz energética mundial e o aumento do papel do gás em combinação com as energias mais limpas (energias renováveis).
- A entrada em uma “Idade Dourada do Gás”, com a sua crescente penetração no sistema de geração elétrica (substituindo as centrais a carvão) e o seu potencial papel no sistema de transportes.
- A crescente “eletrificação” da matriz energética mundial, facilitada pelo desenvolvimento tecnológico (redes energéticas inteligentes, baterias elétricas de iões multivalentes, baterias de Fluxo, que permitirão armazenar eletricidade a grande escala).

- A criação de um modelo mais sustentável para as cidades, que permita diversificar a matriz energética, aumentar o uso dos recursos endógenos e energias limpas).
- Novas soluções tecnológicas para o sistema de transportes (motores elétricos ou “fuel-cells” movidos a eletricidade gerada por uma gama variada de fontes, incluindo energias renováveis).

Segundo as projeções da BP (2016) para 2035, a Rússia continuará a ser o maior exportador de energia do mundo. Relativamente às exportações para a UE, atualmente a Rússia é o principal fornecedor de petróleo, gás natural e carvão e tendo em conta as características do mercado energético esta situação irá manter-se pelo menos a curto e médio prazo, uma vez que o gás russo é o mais competitivo do mercado.

Estamos numa espécie de “laboratório do futuro”, com a mudança de hábitos, uma nova geração que tem uma outra visão do mundo onde o carro não é o elemento dominante, a crescente virtualização do mundo e dos equipamentos e serviços e o facto de a tecnologia estar a mudar a forma como vivemos, a forma como trabalhamos e a forma como nos divertimos. Neste contexto vai também mudar e está a mudar a forma como produzimos e utilizamos a energia (Silva, 2015).

O Mundo do século XXI assistirá inevitavelmente à consolidação de um novo modelo energético, que poderá vir a ser o paradigma de um modelo de economia sustentável. Torna-se indispensável inovar no modo como se produzem, consomem e gerem os recursos energéticos. Daqui decorrem as potencialidades, mas também as preocupações, nomeadamente de segurança. É certo que nenhum ator pode almejar à liderança absoluta do processo em termos mundiais ou manter-se à margem face ao desenvolvimento de novos modelos energéticos, pelo que o grande desafio será garantir o maior grau possível de independência (soberania) energética, num contexto de interdependência (inevitável). As questões energéticas ganharam um papel central na agenda internacional. Falamos de questões globais, que criam interdependências entre produtores e fornecedores, entre transportadores e consumidores e que afetam tanto os Estados como os indivíduos. Falamos também de uma relação complexa, em constante mutação e

com profundas diferenças regionais e locais, para as quais não existe uma solução uniforme e muito menos definitiva.

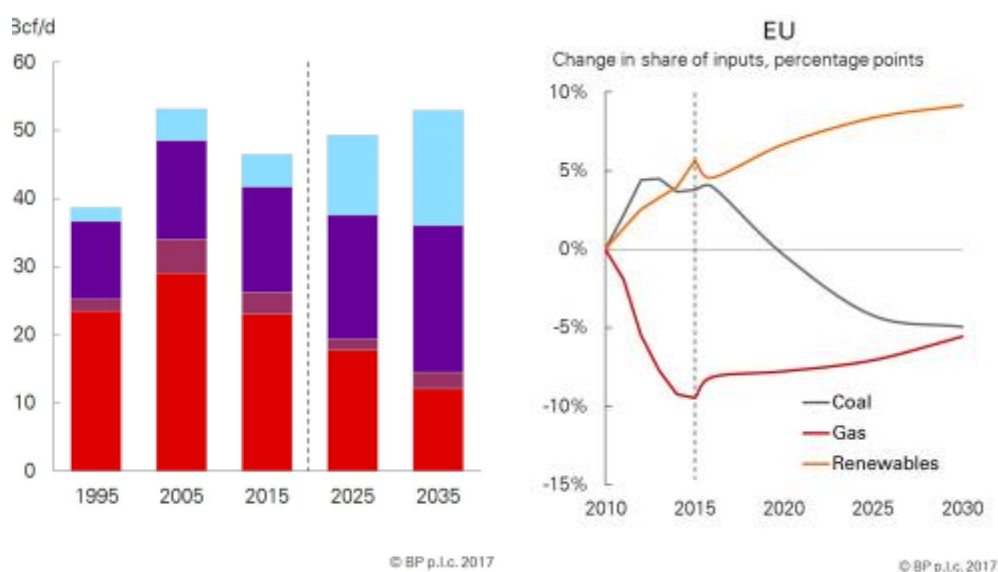
Quando passamos do quadro geral ao estudo da possibilidade de um “Russian issue” para a UE devemos ter também em conta o seguinte:

1. Não existem formas de alterar a curto e médio prazo o mix de abastecimento energético e a situação de dependência da importação de petróleo e de gás;
2. Não existem reservas internas suficientes, porque embora o consumo se esteja a reduzir, este continuará a ser superior à produção endógena, 4 vezes mais no caso do petróleo e 2 vezes mais no caso do gás (Silva, 2015);
3. As energias renováveis alternativas têm ainda uma percentagem reduzida no mix energético, que não ultrapassou 12.5% em 2013 (Eurostat, 2016);
4. Tem sido difícil a concretização da vontade expressa em desenvolver uma política comum de energia, desde logo pelas fortes assimetrias entre a realidade da Europa central e de leste e a Europa Atlântica (Silva, 2015);
5. A UE não tem criado alternativas eficazes à dependência das importações russas, embora a realidade do norte e sul europeu não seja idêntica;
6. À exceção da Finlândia e das Repúblicas Bálticas, que possuem uma conexão direta com a Rússia, a dependência do gás russo está associada a um número restrito de países de trânsito (Bielorrussa, Ucrânia), com os quais a Rússia tem uma relação tensa.

O futuro parece pleno de possibilidades a) porque a Federação Russa, principal fornecedor europeu, é um ator com o qual a Europa possui uma relação permeável a tensões várias, facto que poderá refletir-se nos moldes do fornecimento energético tal como hoje o conhecemos; b) porque o processo de estabelecimento do preço do gás tem uma génese regional, assente prioritariamente em contratos de longo-prazo baseados na relação direta estabelecida entre produtor e consumidor; c) porque o gás é e será no futuro próximo o hidrocarboneto com maior aumento de procura no mercado global devido à urbanização e industrialização das economias emergentes; e d) pelo papel que o gás natural poderá desempenhar no esforço de redução das emissões de CO₂ no setor energético europeu (Viana, 2014).

A solução para enfrentar os desafios que emergem em termos de segurança energética na relação entre a UE e a FR poderá passar pela criação na UE de um novo paradigma energético, que combine o gás (o mais limpo dos combustíveis fósseis) com as energias renováveis para potenciar sinergias mútuas e disputar o segmento da geração elétrica e térmica e o sistema de transportes mundial (Silva, 2015). Esta mudança só será viável se for rentável em termos de preço, competitividade, eficiência e minimização do impacto das alterações climáticas. Um dos cenários recentes apresentados para a evolução da matriz energética no século XXI que não é apenas europeu, prevê para 2050 uma matriz dominada pelo gás e carvão, mas conjugada com 40% de energias renováveis (SHELL,2015, BP, 2017) (Figura 3).

Figura 3. UE. Diversidade do mix energético e importações de gás (1995-2035)



Fonte: BP, 2017

Serão estas mudanças possíveis? De que forma poderão influenciar o futuro da relação da UE com a Rússia? Não estará a FR tão dependente do gás natural como a UE, uma vez que a sua economia apresenta uma reduzida oferta de produtos exportáveis e uma dependência estrutural em relação à exportação de recursos energéticos, sobretudo gás? Acresce que não está a conseguir criar alternativas a essa exportação. Por seu turno, a UE aposta fortemente na alteração

do *mix* energético e na transição para uma nova realidade baseada na rentabilização de recursos endógenos e nas energias renováveis e novos comportamentos de consumo dos seus residentes.

Num contexto de dependência mútua onde ambos perseguem interesses económicos, talvez sejam mitigados os riscos para ambos os intervenientes. Com uma incógnita porém em relação aos combustíveis fósseis, que deriva das relações que ambos os atores consigam manter com os países de trânsito.

Alexander Gusev e Kirsten Westphal (2015) enunciam cinco recomendações no que concerne à relação energética UE-Rússia:

- 1) Estar atento aos efeitos negativos de uma eventual deterioração das relações energéticas entre os dois atores;
- 2) Normalizar as relações energéticas com a Rússia e solidificá-las com projetos comerciais sólidos;
- 3) Visar uma dessecuritização das relações Euro-russas;
- 4) Vislumbrar um futuro marcado por um espaço energético comum;
- 5) Retomar a diplomacia energética.

Conclusão

A dependência externa da UE, nomeadamente em relação à Rússia, especialmente no que se refere ao gás natural, condiciona o seu futuro e é uma grande fragilidade da sua segurança energética. Considerando as variáveis geoeconómicas, geopolíticas e científico-tecnológicas que poderão interferir direta e indiretamente no abastecimento futuro de gás natural à Europa, afigura-se que esta apenas poderá minimizar a sua atual dependência de forma faseada, num horizonte temporal de médio e longo-prazo, e através do reforço da coordenação, cooperação e integração da respetiva política energética.

Independentemente da forma como a UE consiga diversificar as suas fontes de abastecimento, a consecução de medidas tendentes à mitigação da vulnerabilidade estratégica passará em larga medida pelo desenvolvimento de uma política comum. Só assim se poderá valorizar o potencial da unidade comunitária e

dispor de um mecanismo eficaz para garantir o abastecimento energético, assente numa base negocial de âmbito multilateral.

Por seu turno, para a FR a exportação de recursos energéticos é essencial para equilibrar a economia e manter a sua competitividade no mercado mundial, razão pela qual o desenvolvimento de uma política energética sólida tem sido um dos principais objetivos da Presidência de Putin. Tendo em conta os interesses económicos no que concerne à energia, especialistas russos têm apelado a uma aproximação das relações energéticas com a Europa.

Existe uma tendência para politizar e securitizar a questão energética e a relação energética UE-Rússia tem sido fortemente influenciada por questões geopolíticas que envolvem a crise na Ucrânia. No entanto, tendo em conta a importância que a energia tem para a economia russa, o lucro é uma variável que estará sempre presente na estratégia energética russa para a Europa, além de que a EU é um dos principais parceiros económicos da Rússia.

Apesar de quer a UE quer a Rússia estarem atualmente a procurar novos mercados, a Gazprom continuará a ser o mais importante fornecedor da União Europeia, seja pelos seus preços competitivos de fornecimento de gás, seja pelos contratos a longo-prazo acordados para lá de 2025. Assim como a União Europeia continuará a ser o mais importante parceiro energético da Rússia.

Conclui-se assim, que apesar de questões geopolíticas existentes, as relações energéticas entre a União Europeia e a Rússia são um tema que, para interesse de ambos, deve ser resolvido por via diplomática, através de diálogo e da cooperação. Tendo em conta as vantagens e inconvenientes que aproximam estes dois atores vizinhos, poderá desejavelmente nunca vir a existir um “*Russian Issue*”. Trata-se sim na atualidade de perceber a necessidade de aumentar o diálogo, de forma a criar um sistema energético mais unido e seguro para consumidores e produtores e, conseqüentemente, aumentar e estabilizar a segurança energética, que tanto preocupa os líderes políticos europeus.

BIBLIOGRAFIA

- A. CHERP «The three perspectives on energy security: intellectual history, disciplinary roots and the potential for integration, Current Opinion». In *Environmental Sustainability*, 2011, 3: 1-11)
- BP. *Statistical Review of World Energy June 2016* [Consultado em: 26 de fevereiro de 2017]. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>)
- CIÛTA, F., «From Oil Wars to Total Security: Conceptual/ Contextual Notes on Energy Security». In UCL-SSEAS, Nwe York: ISA, 2009
- CLAES, D. H. «Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints». In SGIR, September 2010
- COMISSÃO EUROPEIA, *Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura*, Bruxelas, Março de 2006
- EUROPEAN COMMISSION, *Energy 2020 A strategy for competitive, sustainable and secure energy* [Consultado em: 20 de março de 2015]. Disponível em: http://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2011_energy2020_en.pdf
- EUROPEAN COMMISSION, Green Paper on “Towards a European Strategy for the Security of Energy Supply”, Luxembourg: Office for UE Official Publications, 2001; COMISSÃO EUROPEIA, *Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura*, Bruxelas, Março 2006
- GRÜBLER, A., *Transitions in Energy Use*, Encyclopedia of Energy, Volume 6, IIASA, 2004
- GUSEV, Alexander; WESTPHAL, Kirsten. «Russian Energy Policies Revisited». German Institute for International and Security Affairs. SWP Research Paper 2015/RP 08, 2015. [Consultado em: 20 de abril de 2017]. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2015RP08_gsv_wep.pdf
- NUNES, Carlos Costa, «O Conceito de Segurança Energética». CEPESE Working Paper nº 17, 2013 [Consultado em: 2 de março de 2015]. Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/o-conceito-de-seguranca-energetica/O%20Conceito%20de%20Seguranca%20Energetica.pdf>)
- KALICKI, Jan, GOLDWYN, David, *Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005
- MANKOFF, Jeffrey. 2010, “Russia’s Revival”, in Caverlty, M., Mauer, V. (eds.), *The Routledge Hanbook of Security Studies*, London, Routledge, 349-358
- NUNES, Carlos Costa, «O Conceito de Segurança Energética». CEPESE Working Paper nº 17, 2013 [Consultado em: 2 de março de 2015]. Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/o-conceito-de-seguranca-energetica/O%20Conceito%20de%20Seguranca%20Energetica.pdf>
- RODRIGUES, T., LEAL, C., RIBEIRO, J. *Elementos para uma Estratégia de Segurança Energética para o Século XXI*. Lisboa: Atena, nº27, 2012
- RODRIGUES, T., SILVA, A., “A segurança energética e um modelo para o futuro da Europa”. *Relações Internacionais*, nº46, Lisboa: IPRI-UNL, pp.11-24

SHELL, *Cenários sob novas lentes mudança de perspectiva para um mundo em transição* [Consultado em: 20 de março de 2015]. Disponível em: <http://so4.static-shell.com/content/dam/shell-new/local/corporate/corporate/downloads/pdf/NewLensScenario/nls-web-brazilian-brochure.pdf>

SILVA, A. Costa, «Does the End of Oil Means the End of Oil Culture? ». In *Seminar on Energy and Environment*, Vila Real: Casa Mateus, Setembro 2006

SILVA, A. Costa, «O Petróleo e as Relações Internacionais». In *Revista de Relações Internacionais*, Nº 6, Lisboa: IPRI, 2005

SILVA, A. Costa, RODRIGUES, T., Que modelo de segurança energética?. *Relações Internacionais*, nº46, Lisboa: IPRI-UNL, pp.5-10.

VIANA, Vítor Rodrigues (org), «Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia». *Policy Paper 5 / 2014*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, p.10 [Consultado em: 20 de março de 2015]. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing_papers/policy_paper_5_geopolitica_da_energia_seguranca%20energetica_da_europa.pdf

von HIPPEL D. F. et al. (« Evaluating the Energy Security Impacts of Energy Policies». In *Sovacool, B. K's (ed.) Routledge Handbook of Energy Security*, Routledge, United Kingdom, 2011, pp. 74-95),

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, *Climate into the 21st Century* (William Burroughs ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 2003; Nicholas STERN. *The Economics of Climate Change*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006

YERGIN, Daniel. «Ensuring Energy Security». In *Foreign Affairs*, Vol. 85, Nr. 2, March/April 2006, pp. 69-82 [Consultado em: 1 de março de 2015]. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/61510/daniel-yergin/ensuring-energy-security>